

O USO DA CHARGE COMO ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA MUDANÇAS DE CONDUTAS POLICIAIS MILITARES NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA DA DÉCADA 1980

MARLON WALLACE ALVES SIMÕES¹

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, com a advento da Comissão da Verdade e do cinquentenário do golpe civil-militar de 1964 houve uma retomada nas pesquisas sobre os militares, principalmente sobre o período do governo militar de 1964 a 1985, agora incluindo também um novo período, a redemocratização.

Nessa nova retomada de análise sobre os militares, a Polícia Militar de Minas Gerais desperta interesse e é objeto de importantes pesquisas, ressaltando os trabalhos de Francis Albert Cotta²; Juniele Rabêlo³ de Almeida bem como, a criação na UFMG do Centro de Estudos de Criminalística e Segurança Pública (CRISP) muito tem contribuído com discussões nessa área.

Porém, ainda são poucos os trabalhos, como nos apresenta Carla Anastasia: “Minas Gerais possui a mais antiga polícia militar do Brasil e embora existam textos publicados sobre ela, faltam trabalhos consistentes de pesquisa histórica[...]”(COTTA, 2006) . Neste sentido, esse trabalho procura contribuir para suprir essa falta, analisando campanha de relações públicas direcionada para o público interno, através de cartilhas na década de 1980 e que utilizaram a charge como forma de abordar temas como a violência policial e a arbitrariedade.

¹ Licenciado em História pela FCHPL, Especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG, Mestre em Administração pela FEAD.

² COTTA : No Rastro dos Dragões: O Universo luso-brasileiro e as políticas da ordem nas Minas setecentistas; Breve Histórico da Polícia Militar de Minas Gerais;

³ ALMEIDA – Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997;

2. O REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O fim da ditadura militar e a transição para o retorno à democracia no Brasil na década de 1980 foi um período bastante complexo da história recente do país e merece ainda diversas análises. No início dos anos 60, os militares se aliaram às elites nacionais para interromper os avanços das classes populares e colocar em prática um modelo de desenvolvimento atrelado a grupos multinacionais desencadeando o golpe em 1964.

Com o AI-5 em 1968, considerado um golpe dentro do golpe, os militares passam a governar com plenos poderes (KLEIN & FIGUEIREDO 1984). Instaurou-se de forma intensa a repressão, que se estendeu até 1974; eram os anos de chumbo. A tortura, as mortes e diversos tipos de arbitrariedades eram praticadas de forma indiscriminada, em nome da segurança nacional e da ameaça comunista que tentava tomar o poder a qualquer custo (MOTTA 2002).

Em meados de 1973 as guerrilhas urbanas e rurais já haviam sido varridas do território brasileiro e os integrantes que não foram mortos estavam no exílio. Assim, a luta armada não encontrou apoio na sociedade que não aderiu à violência. (ROLLEMBERG 2001)

O milagre econômico contribuiu sobretudo para que uma parcela da população tivesse motivos para não aderir à luta contra a ditadura, pois, o país passava por uma fase econômica muito favorável com índices de alto crescimento e com uma oferta de empregos e salários melhores. Além desse fator, como nos mostra Carlos Fico (1997), havia também uma eficiente propaganda ideológica contribuindo para aceitação do governo, pregava-se uma nação grandiosa, o país do futuro que ninguém segurava.

A partir do final de 1973, essa dinâmica começou a tomar outro rumo. Com a crise do petróleo, a economia do país passou a enfrentar um período difícil que se estenderia e agravaria a cada ano. Nesse momento, a crise alcançou praticamente toda a sociedade e a insatisfação em pouco tempo se tornou generalizada.

No final dos anos de 1970, com o fim da ditadura praticamente anunciado, tornou-se fundamental que as Forças Militares implantassem estratégias para o retorno a caserna. Como apresenta Zaverucha (2001), ao realizarem a transição de forma tutela, as Forças

Armadas retornariam à sua função que basicamente era aquartelada e garantiam a não investigação ou punição por crimes da ditadura.

Já as forças policiais se encontravam em um contexto mais complexo, a Polícia Militar continuaria seu trabalho, que é por excelência estar nas ruas e em contato com a população, porém como esta instituição foi um grande aliado na repressão, ela poderia enfrentar fortes resistências por parte da sociedade.

Por isso, no momento de transição para o regime democrático, esta corporação que ainda permaneceria em contato com a população deveria repensar sua prestação de serviço e realizar uma mudança em sua cultura organizacional.

Dentro deste contexto, as questões de segurança pública e as relações das instituições responsáveis por essa atividade deveriam se preparar para um novo tempo de retomada de respeito aos direitos civis, políticos e humanos, bem como, de eficiência na repressão ao crime, em que a polícia preventiva e investigativa teria prioridade sobre uma polícia repressiva, isto inclusive para própria sobrevivência do modelo policial militar.

Nesse sentido, a Polícia Militar em Minas Gerais, por meio da Seção Comunicação Social, responsável pelas relações públicas lançou campanhas no âmbito externo para aproximação da sociedade e a mudar a forma como era vista, e no âmbito interno para buscar mudanças em condutas de policiais.

Dentre as estratégias utilizadas identificou-se a criação de cartilhas e manuais que lançaram mão de uma linguagem mais simples e cômica por meio do uso de caricaturas e charges para complementarem os textos escritos.

No presente trabalho as análises foram focadas nas mensagens direcionadas para o público interno, sendo abordadas as charges do **Manual de Cuidados com Arma de Fogo** de 1984; cartilha **O PM - Agente Primeiro de Relações Públicas** edição de 1981 e de 1988. Apesar de abordar a Polícia Militar de Minas Gerais, a título de comparação, também foi analisada a 4ª Ed. cartilha **Relações Públicas para o PM** da Polícia Militar de Pernambuco.

3. O USO DE IMAGENS NA HISTORIOGRAFIA

Ao se abordar aspectos sobre o ensino de História para aqueles que não são da área, imediatamente vem a mente o estilo de ensino aos moldes da chamada História tradicional e positivista⁴ e que não passa de um ato de decorar datas e nomes.

Apesar de no meio acadêmico o conceito já se encontrar consolidado e debatido, acredita-se que utilizar os preceitos da Nova História⁵ aliado aos recursos tecnológicos podem contribuir para as estratégias pedagógicas no ensino de História.

A História deixou de ser apenas uma narrativa de acontecimentos, mas voltou seu olhar para as análises das estruturas, ampliou as concepções de fontes documentais para pesquisa, concebendo uma maior variedade de evidências, em que não só os documentos escritos e oficiais seriam fontes confiáveis para pesquisa, mas passa a perceber que todas as evidências sobre a vida do homem podem ser passíveis de análise, como a escrita, a oralidade, o material, o imaterial, a música, os vídeos, dentre tantas outras. (BURKE 1992)

Seguindo este caminho a Historiografia brasileira se renovou e deu um salto qualitativo, se tornando menos esquemática e ideologizada, com uma escrita mais acessível, ousada e menos presa ao convencionalismo científico. Para ele os autores estão cada vez menos preocupados com a prova e a verdade no sentido positivista. Neste novo modelo de fazer História as fronteiras tornaram-se menos rígidas e ocorreu uma maior aproximação interdisciplinar por meio de diálogo com outras ciências, podendo desta

⁴ Utiliza-se esta terminologia para se referir ao modelo de História do Séc XIX em que esta ciência estava voltada a atender as necessidades dos Estados Nacionais, privilegiando a narrativa política dos grandes acontecimentos, grandes heróis e seus feitos. Estava voltada para a memorização de datas, acontecimento e nomes. Para CAIMI (2006) alguns fatores contribuem para que alunos tenham resistência com as aulas de História, sendo alguns deles o uso do modelo tradicional em que há apenas uma ordenação mecânica pautada na memorização e reduzindo os fatos em causas e consequências.

⁵ A expressão “Nova História” é o título de uma coleção de ensaios editados por Jacques Le Goff na década de 1970 na França, estes ensaios abordavam novos problemas, novas abordagens e novos objetos no campo da História. A nova História então passa a se referir a uma nova forma de se pensar o fazer historiográfico, esta nova concepção da História é fruto da chamada Escola do Annales. De acordo com Burke (1997), a escola dos Annales pode ser considerada a Revolução Francesa da Historiografia, propunha fugir dos antigos paradigmas tradicionais, em que se preocupava essencialmente pelos eventos marcantes da política, com uma pobreza de análise que a reduzia ao simples jogo de poder entre os “grandes”.

forma lançar mão de outros procedimentos conceitos e experiências. Este diálogo possibilitou produzir uma História multifacetada e “integrada às problematizações e às discussões oriundas das outras áreas das humanidades” (PAIVA 2002 pag 12).

Com esta nova forma de pensar e fazer História abriu uma infinidade de possibilidades de fontes a serem pesquisadas, o autor cita como exemplo jornais, revistas, filmes, outdoors, campanhas publicitárias, anedotas, linguagem oral, acervos de museus, internet, CD-Rom, dentre tantas outras, inclusive a iconografia. Mas ele nos alerta sobre alguns cuidados

“Lidar com essa diversidade de registros, saber indagá-los e desconstruí-los, saber contextualizá-los e explorá-los para deles retirar versões ou fazer com que eles subsidiem as nossas versões, isto é, apropriarmos-nos criticamente deles e usá-los metodologicamente: esses são os procedimentos básicos do historiador e isso é o que deveria ocorrer nas salas de aula desde o ensino fundamental.” (PAIVA 2002 pag 13)

Segundo Paiva (2002) a utilização da iconografia e representações gráficas no campo da História tem proporcionado trabalhos inovadores e instigando novas reflexões metodológicas no trato com este tipo de fonte. Como qualquer outra fonte ela não pode ser vista como verdade pronta e acabada do fato que representa, o historiador deve saber evitar as armadilhas metodológicas.

Dentre estes cuidados no trato com as fontes, o autor nos aponta que

é preciso saber filtrar todas essas imagens, todos estes esses registros iconográficos. Para tanto, nunca é demais voltar aos velhos ensinamentos em torno da crítica interna e externa das fontes, que todo historiador deve empreender, talvez sem a rigidez modelar, esquemática e classificadora que se pretendeu e se praticou no passado. Mas é certamente fundamental que nunca nos esqueçamos de fazer aos registros históricos, iconográficos ou não, as perguntas que caracterizam o início de todos os nossos trabalhos e de nossas reflexões. Quando? Onde? Quem? Para quem? Por quê? Como? (PAIVA 2002 pag 18)

Nas análises a cerca da iconografia deve-se ter atenção para a armadilha da verdade que a imagem pode transparecer, pois a imagem é mais sedutora na tentativa de tentar repassar verdades irrefutáveis. A visão do historiador deverá estar preparada para perceber que a imagem não é uma verdade absoluta e está carregada de intenções (PAIVA 2002)

Ao analisá-las e suas formas de divulgação, recepção, apropriação e resignificação, o autor nos alerta que elas estão intimamente interligadas e interagindo com a dimensão

do real e do cotidiano do vivido, devendo o historiador atentar a considerar outra área da História que é o imaginário. Este campo não pode ser considerado um mundo a parte da realidade histórica, mas

Ao contrário, este campo icônico e figurativo influencia, diretamente, nossos julgamentos; nossas formas de viver; de trabalhar; de morar; de nos vestirmos, de nos alimentarmos; de compararmos coisas; de nos medicarmos; de expressarmos nossas crenças, sejam elas religiosas, políticas, morais; de nos organizarmos em nosso cotidiano; de escolhermos nossas atividades e profissões; de constituirmos nossas práticas culturais e de novamente representarmos o mundo em que vivemos, em toda a sua diversidade e complexidade (PAIVA 2002 pag 26-27)

Assim, tomando-se os devidos cuidados, o uso da iconografia permite inúmeras possibilidades de leitura e compreensão das imagens, que por sua vez também permite uma renovação e avanço dos estudos de história.

Neste sentido, seguindo estes aspectos de dialogar com outras ciências e utilizar suas metodologias, bem como, ampliar suas concepções de fontes documentais, a iconografia utilizada pela Polícia Militar de Minas Gerais no período de transição do regime militar para o democrático na década de 1980 encontrada em manuais e cartilhas permite identificar porções da realidade e do cotidiano, bem como, representações do imaginário policial militar, seus desejos, crenças e culturas e o mundo que o cercava.

4. SEMIOLOGIA, ICONOLOGIA, CARICATURA, CHARGE E CARTUM

Para alcançar os objetivos deste trabalho e analisar as campanhas de relações públicas na PMMG para o público interno, serão utilizadas como fontes documentais a iconografia, para tanto, deve-se considerar o diálogo com outras disciplinas, que no caso da presente pesquisa será a semiologia e a iconologia.

Motta (2006) aponta que a semiologia é a disciplina que se dedica ao estudo dos signos. Um de seus fundadores é Charles Peirce, que propôs um tipologia básica para estudar os signos, que foram classificados em:

- ícone – signo que representa seu objeto por meio de similaridade, por exemplo, uma pintura ou desenho figurativo;

- índice – implica em uma relação de contiguidade, por exemplo, a fumaça pode representar fogo;

- símbolo – é um símbolo em que sua conexão com seu objeto está baseado em convenções, por exemplo, coruja representando sabedoria.

Na década de 1960 Roland Barthes iniciou estudos propondo o uso de categorias da semiologia para estudos de imagens visuais, lançando reflexões sobre laços entre a linguagem verbal e a visual e usar categorias de análises comuns aos dois campos. Ao utilizar as categorias da linguagem verbal não se pretende reduzir a linguagem visual das caricaturas apenas a estes campos, mas reconhecer que estas possuem especificidades e peculiaridades que configuram uma linguagem própria. (MOTTA 2006)

Assim, as possibilidades mais interessantes de análise das caricaturas a partir de figuras de linguagem o autor indica a metáfora, a metonímia e a ironia.

Ao usar imagens familiares e conhecidas a metáfora permite que o leitor possa compreender temas que às vezes lhe são abstratos ou incompreensíveis, possuindo um alto poder comunicativo capaz de sintetizar mensagens complexas alcançando o público de maneira rápida e eficaz.

Já a metonímia busca representar um todo por suas partes, por exemplo, um tanque pode representar o Exército, um determinado personagem pode representar toda uma categoria e assim por diante.

O autor ainda apresenta que o sentido conotativo e denotativo são recursos da linguagem verbal utilizada na semiologia e contribuiu para o estudo das caricaturas. Na denotação a mensagem possui elementos de percepção direta ao tema, já na mensagem conotativa há a necessidade de um maior esforço de interpretação para compreendê-la e associar a imagem ao que se pretender passar, pois ela trabalha sentidos e sensações subjetivas.

Outro recurso encontrado na caricatura e utilizado na semiótica é a justaposição de imagens e textos, em que o texto tem função de atuar como um apoio para compreensão ou completar o sentido da imagem e até mesmo ser a chave da leitura cômica da

mensagem. O texto pode se apresentar em forma de legenda, fala do personagem ou títulos.

A segunda disciplina que pode contribuir para o estudo de imagens é a iconologia, este método foi elaborado por historiadores da arte nas décadas de 1920 e 1930, destacando-se o nome de Erwin Panofsky. Inicialmente a iconologia foi elaborada para estudo das artes plásticas a partir de sua interpretação com base nas fontes da época, mas é possível utilizar seus métodos para trabalhar com as caricaturas. (MOTA 2006)

A distinção da análise da imagem realizada pela iconologia em relação a semiologia está na proposta da primeira apresentar um nível de interpretação mais profundo de reflexão, pretendendo extrair o sentido da obra, lembrando os sentidos de denotação e conotação.

Há um debate sobre o surgimento da caricatura, para alguns autores a caricatura teve precursores bem antigos, porém a tese mais aceita é de que esta expressão artística surgiu no século XVIII na Itália, no período do renascimento, sendo considerado seus criadores os irmãos Annibale e Agostino Carraci. Seu nome foi uma derivação de “*ritratti carichi*”, que significa retrato carregado e posteriormente simplesmente “carregado”. Esta expressão traz o sentido de ressaltar algumas características do personagem sempre com ar de zombaria e crítica, já na versão francesa a denominação é “*charge*” que expressa mais nitidamente com carga. (MOTTA 2006)

Para o autor há diferença nas definições de caricatura, charge e cartum. Frequentemente elas são utilizadas indistintamente e “não há definições canônicas” (PAIVA 2006 pag 16), porém o mais aceito é que caricatura retrata figuras humanas conhecidas, a charge aborda fatos ou acontecimentos específicos e o cartum é um gênero mais livre em que se ignora personagens ou fatos reais.

A facilidade de comunicação da caricatura está nos poucos traços em que o artista transmite a mensagem que pode vir com inúmeros elementos, sua compreensão deve ser rápida para não perder um efeito cômico desejado. Assim, deve-se usar metáforas simples de fácil identificação e associação, por isso a linguagem artística da caricatura é de grande alcance popular.

O autor aponta que a força da comunicação e seu potencial de atrair interesse de diversos setores sociais é decorrente de seu viés humorístico e cômico, para ele uma forma de linguagem do riso dificilmente escaparia do gosto popular.

para além do potencial de disseminação, o incômodo maior que as caricaturas causam em suas “vítimas” advém do conteúdo crítico do seu discurso. Na maior parte dos casos, elas constituem-se em ataques zombateiros, em representações grotescas e cômicas de personagens conhecidos do público. Exagerando no traço e carregando nas tintas, os artistas apontam defeitos e más ações ou realçam qualidades negativas das figuras retratadas. (MOTTA 2006 pag 19)

Assim, o ato de fazer rir do outro teria como objetivo o seu rebaixamento, mas pode ter a intenção de ser mobilizado para sentimentos favoráveis à mudança, ao progresso ou à liberdade, também pode ser utilizado em busca de efeitos do conservadorismo.

Existem algumas estratégias e recursos para tornar grotesco e provocar o riso, por exemplo, a zoomorfização que é redução de personagens a formas de animais; inversão do gênero masculino/feminino, porém o recurso mais utilizado é a ironia. A ironia “decorre da percepção de que a mensagem aparente da imagem contradiz a realidade, a verdade escondida por trás das aparências” (MOTTA 2006 pag 22). No caso das caricaturas dos policiais nas cartilhas a ironia e o exagero são os elementos mais encontrados

Diante destas questões apontadas a graça da caricatura está na relação com a realidade e a verdade ou, como o próprio autor diz, com parte da verdade, por isso causam o impacto e são cômicas.

Porém, Motta (2006) chama a atenção para os cuidados ao se falar em verdade ou realidade, deve-se manter o cuidado de identificar que as representações nunca são a perfeita realidade ou verdade.

Mas deve-se considerar que o poder de comunicação e alcance da linguagem utilizada pela caricatura por meio do humor possui “recursos cognitivos fora do alcance de discursos políticos convencionais” (MOTTTA 2006 pag 27), permitindo assim que seja um excelente mecanismo de comunicação.

5. O USO DA CHARGE COMO ESTRATÉGIA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA MUDANÇAS DE CONDUZAS POLICIAIS MILITARES

Orientações e instruções indicando o cuidado no trato com o público são encontrados em manuais da Polícia Militar de Minas Gerais desde os anos de 1950, porém somente a partir da década de 1970 é que se percebe uma linguagem mais descontraída com ilustrações menos sérias, procurando apresentar uma mensagem mais atraente para leitor. Deve-se considerar também a criação de uma seção denominada PM5, ela seria responsável comunicação social, hoje conhecida como comunicação organizacional. Esta seção seria responsável pelas relações públicas da instituição, permanecendo até atualidade.

Seguindo as percepções apresentadas nos tópicos anteriores, a Polícia Militar de Minas já nos meados dos anos de 1973 iniciou uma nova campanha de relações públicas para o trato com a comunidade. A presente pesquisa se ateu à década de 1980, utilizando charges do **Manual de Cuidados com Arma de Fogo** de 1984; cartilha **O PM - Agente Primeiro de Relações Públicas** edição de 1981 e de 1988. Apesar de abordar a Polícia Militar de Minas Gerais, a título de comparação, também foi analisada a 4ª Ed. cartilha **Relações Publicas para o PM** da Polícia Militar de Pernambuco.

As orientações e imagens das cartilhas buscavam implementar um ponto de vista e instigar uma reflexão a cerca do quê se esperava de um policial militar no final da ditadura militar nos anos de 1980 no trato com a comunidade.

Nas charges encontradas nas cartilhas são facilmente identificadas as ações que a PM buscava criticar e causar incômodo em seus integrantes, apontando as ações que eram consideradas negativas. Os desenhos retratam situações praticadas pelos militares, não sendo direcionadas para uma pessoa exclusivamente. Neste sentido, de acordo com as definições apresentadas anteriormente pode-se classificar os desenhos como charges, porém como Motta (2006) apresenta, a expressão caricatura tornou-se uma forma genérica para abranger cartum, caricatura e charge.

Conforme apontado anteriormente, a caricatura possui um grande poder e facilidade de comunicação. Neste sentido, identifica-se o intuito da charge ser utilizada como estratégia para complementar as mensagens textuais direcionadas ao público interno. Ao

fazer chacotas com estilos violentos e arbitrários pretendia-se transmitir a ideia de que estas atitudes não estavam de acordo com o que se esperava do policial militar. Além das imagens, os textos das cartilhas enfatizavam claramente esta afirmativa.

Assim, fazia-se zombarias com personagens que representavam o negativo e as atitudes não desejadas, por outro lado, destacava-se de forma positiva personagens que traduziam as atitudes desejadas.

Ao lançar mão destes dois potenciais, fácil disseminação/assimilação e poder destrutivo e zombateiro, as cartilhas buscavam reforçar as ações que se desejava em seus profissionais e criar uma rejeição naquelas que eram indesejadas.

O uso de imagens mais descontraídas e mais agradáveis destaca-se no ano de 1973. Ainda nos chamados anos de chumbo da ditadura, o comando iniciou uma campanha de relações públicas procurando aproximar a instituição da população, de acordo com o Boletim Informativo de Relações Públicas do Gabinete do Comando Geral direcionado ao público interno.

A imagem do soldado que prendia, que maltratava, que fazia cara feia, que ameaçava, que batia, que dava safanões, foi substituída... pela imagem daquele que sorri, que compreende, que ajuda, que socorre, que ama, enfim a imagem do PM- AMIGO LEGAL (Boletim Informativo do serviço de relações públicas da PMMG nº 03, 1973)

A campanha PM-Amigo Legal iniciava essa nova fase da polícia mineira. Seu símbolo era o boneco de um policial simpático que segurava uma flor, ver figura 01, essa imagem foi amplamente divulgada até a década dos anos 80. Atualmente a campanha do “PM amigo Legal” foi retomada pela instituição e está presente nos eventos que envolve o público externo, principalmente infantil, ver figura 02.

A campanha lançada em Outubro de 1973 conciliou o aniversário da PM com a semana da criança. A campanha lançou a imagem de um PM amigo, mais próximo da população e disposto a ajudar. Seu alvo principal eram as crianças. Dentre suas ações do evento, destacaram-se a distribuição de carteirinhas, a realização de palestras nas escolas e uma grande festa na Academia de Polícia Militar, com apresentações de bandas, cães amestrados, escadas magiros do Bombeiro, distribuição de brindes, concurso de poesias e outras atividades. A campanha alcançou tamanha repercussão que chamou atenção da Inspeção Geral das Polícias e de outras corporações;

Ainda nessa linha de uma nova polícia e na busca por mudanças e extinção dos hábitos arbitrários, entre 1981 e 1988 foram lançadas cartilhas para o público interno utilizando uma linguagem fácil e objetiva, utilizando inclusive charges.

Como nos mostra o professor Rodrigo Motta (2006), a caricatura possui um notável poder de comunicação

“pois têm a faculdade de fazer as mensagens chegarem ao público receptor de modo rápido e impactante. O segredo está na capacidade das imagens de sintetizar idéias e conceitos, o que explica a velocidade e a força de seu impacto, efeitos que a palavra não consegue produzir em intensidade equivalente” (MOTTA, 2006 pag 181)

Assim, ao caricaturar o policial violento, despreparado, desleixado e arbitrário, o comando através do humor e da comicidade atingia aquela cultura e vícios e transmitia que tal profissional era ultrapassado e desajustado a nova conduta policial.

Deve-se considerar a estratégia de utilizar a facilidade da comunicação da caricatura levando em conta a baixa escolaridade da tropa naquele período, lembrando que somente na década de 1990 passou-se a exigir ensino fundamental para admissão nos corpos de tropa.

A técnica utilizada é a justaposição de texto com as charges, utiliza-se textos objetivos e sintéticos tendo como apoio os desenhos que procuram demonstrar a situação retratada.

As estratégias mais utilizadas nos desenhos foram a expressão corporal e facial. As figuras de linguagens foram a hipérbole e metáfora, seguidas da denotação.

Nas ações positivas e desejadas destaca-se ser solícito, prestativo, educado, discreto e sorridente. Ver figuras 03, 04, 05. Nas ações negativas e condenadas como atitude de um policial estão: violento, mal educado, falta de higiene pessoal, desatencioso com o público. Ver figuras 06, 07, 08. Todas retiradas das cartilhas “O PM – Agente Primeiro de Relações Públicas”.

Outro fator identificado foi a importância dada ao relacionamento com a imprensa, já sinalizando a preocupação da visão que a opinião pública tem sobre a instituição. Apresenta ao policial militar o poder da comunicação e como ela pode repercutir negativa ou positivamente para a imagem da corporação. As charges que chamam

atenção sobre este aspecto são apresentadas nas figuras 09, 10 e 11 da cartilha “O PM – Agente Primeiro de Relações Públicas”

A figura 09 apresenta os meios de comunicação da época como jornais, televisão e rádio em forma de personagens tocando trompetes e trombetas e como saída do som seguem-se as palavras “NOTÍCIAS” e “POLÍCIA”.

A mensagem da figura 10 apresenta um policial tomando a máquina fotográfica de um jovem. Esta charge é encontrada nas duas edições analisadas, na edição de 1988 é apresentado apenas o policial e o fotógrafo. Já a edição de 1981 a figura 11 apresenta o policial tomando a câmara e ao fundo outro policial de forma truculenta apontando uma arma para a cabeça de outro personagem que roubara uma bolsa, ou seja, nesta cena é declarado o porquê da atitude de tomar a câmara, que é não existirem provas da ação policial, prática muito comum durante a ditadura.

As figuras 12 e 13 foram extraídas de um manual distribuído no 16º BPM em 1984. Era o manual de cuidados com a arma de fogo. Ao longo do manual, eram apresentadas questões consideradas comuns nos quartéis, mas já não aceitas: disparos acidentais, brincadeiras com armas, ir embora com armamento, utilização da arma de forma intimidativa, ameaças, violência desnecessária. Assim, o manual, de forma cômica, apresentava essas situações; dava exemplos de situações do cotidiano, utilizando nomes fictícios e jocosos e, conseqüentemente, os desfechos que eram mortes, inquéritos, dentre outros. Deixando transparecer claramente que tais atos estavam completamente errados e eram decorrentes de despreparo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao concluir esse trabalho apresentando algumas charges (em um universo de tantas), pode-se perceber que a PMMG desde o início dos anos 70 buscava melhorar sua imagem frente à sociedade utilizando campanhas de relações públicas. Para o público externo utilizava estratégias de passar uma imagem mais amigável e aproximação, para o público interno foram desenvolvidas estratégias de comunicação em que o objetivo era divulgar mudanças na conduta policial militar, para tanto a corporação utilizou cartilhas com textos de linguagem mais objetiva e simples, de forma justaposta ao texto escrito foi lançado mão do uso de charges.

Neste sentido, no uso das charges, percebe-se que a estratégia é carregada de intenção, pois a finalidade de tornar a situação motivo de riso não é um ato fortuito, mas é “uma ação carregada de implicações políticas” (MOTTA 2006 pag 20) a intenção maior é persuadir e convencer, pois ao ridicularizar o policial truculento, mal fardado, mal educado, violento e arbitrário, pretende-se desacreditar, desmoralizar, esvaziar os argumentos e propostas e causar uma reflexão para mudança.

Deve-se considerar também dois pontos a partir das análises das charges dos policiais. Primeiro, conforme apresentado por PAIVA (2002), as imagens refletem parte da realidade, do cotidiano e do imaginário, e ao publicar as charges com condutas que não deveriam ocorrer, pode-se inferir que a própria corporação já reconhecia que tais atitudes eram rotineiras no seio da tropa. Segundo, como o material era direcionado exclusivamente para o público interno, identifica-se que há uma intenção e desejo de mudança. As cartilhas e manuais analisados eram de uso exclusivo interno, não era um discurso preparado para o público externo, mas uma orientação do comando para os policiais militares, porém saber quem e quantos realmente estavam interessados na mudança, sua aceitação ou efeito da campanha não foi o foco desta pesquisa.

Desta forma, percebe-se o pensamento de mudança, mesmo que ainda encontrasse resistências e não fosse a realidade de todo universo na instituição. É possível identificar que já havia vozes no interior da Polícia Militar que procuravam transmitir desejos e interesses que conflitavam com uma cultura de violência e arbitrária ligadas ao período da Ditadura Militar. Pode-se ainda refletir sobre estes novos desejos e interesses, se realmente afloravam de uma vontade ou apenas era fruto da necessidade de mudança por uma questão de sobrevivência da instituição, sem, no entanto ser uma crença de realmente querer mudar. Porém este é um objeto trabalho de outra pesquisa.

7. ANEXOS

FIGURA

AÇÕES NEGATIVAS



AÇÕES POSITIVAS

RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

ATITUDES ARBITRÁRIAS

FIGURA 12
AMEAÇAS



FIGURA 13
AMEAÇAS



8. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Um Novo Repertório da Ação Coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997**. Belo Horizonte: UFMG, 2004;

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. em seu artigo: **A Luta Democrática Contra o Regime Militar na Década de 1970**, IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar 40anos depois (1964 – 2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004;

Boletim Informativo do serviço de Relações Públicas da PMMG nº 03, Outubro de 1973;

BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República**, IN: Revista O Alferes n.º 03, 1984;

BARROS, José D'Assumpção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. SP: Marco Zero, 1983.

_____. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007

_____. **O poder Simbólico**. Lisboa: DISFEL, 1989.

BURKE, Peter, **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. (org). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Celso & D'ARAÚJO, Maria Celina. **Democracia e Forças Armadas no Brasil: Nova República: balanço de uma pesquisa**. In: A Democratização no Brasil: atores e contextos. São Paulo: FGV

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006;

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América latina: A Era das ditaduras Chile, Argentina e Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001;

D'ARAÚJO, Maria C., SOARES, Gláucio Ary Dilson, CASTRO, Celso, orgs. **Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994;

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias**. In: Varia História: UFMG. Belo Horizonte, n 28, 2002, p. 13 – 28;

Diretoria de Pessoal da PMMG. **Registro histórico da PMMG**. 1974;

DREIFUSS, René Armand. **1964 a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981;

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 vols.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997;

_____. **Brasil no contexto da Guerra Fria: Democracia, subdesenvolvimento e ideologia de planejamento (1946-1964)**. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. Op. Cit.

FIGUEIREDO, Argelina Chelbud. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993;

FILOCRE, Laurentino de Andrade. **Guia do PM**. Belo Horizonte: PMMG, 1973;

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996, p. 11-61;

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987, p. 01-45;

KLEIN, Lúcia & FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984;

_____. **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994;

KUCINSKI, Bernardo. **O Fim da Ditadura Militar: O colapso do milagre econômico, a volta aos quartéis, a luta pela democracia**. SP:Contexto, 2001.

KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. **As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p. 227-250;

MISKULIN, Sílvia César. **Cultura Ilhada: Imprensa e Revolução Cubana (1959 – 1961)**. SP: Xamã, 2003 p. 25 – 37;

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984;

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002;

_____. **Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura**. RJ: Jorge Zahar, 2006;

_____. **Dossiê: História e Culturas Políticas**. In: Varia História, Belo Horizonte: UFMG n. 28, 2002;

- _____. **João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura.**
IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (org.). *O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004;
- PAES, Sirlene Aparecida Ferreira e. **Ufanismo, Otimismo, pacificação e consenso: a construção da propaganda política no governo Médici (1964-1974)**. Belo Horizonte: UFMG, 2003;
- PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo Horizonte, ed Autêntica 2002.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004;
- ROLLEMBERG, Denise. **O Apoio de Cuba à luta Armada no Brasil: O treinamento Guerrilheiro**. RJ: MAUAD, 2001
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984;
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. 1970-1984**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988;
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo. Partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987;
- SILVA, Márcia Pereira da. **A defesa legal do arbítrio: Os governos militares e a cultura da legalidade (1964- 1985)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005;
- SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983;
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. **O Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- TOLEDO, Caio Navarro de, org. **1964: Visões do Golpe**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Saberes: Controle Civil ou Tutela Militar? Estudo Comparativo das Transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha.** São Paulo: Ática, 2001.